ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

CONTA GLOBAL

2019

ORDEM DOS ENGENHEIROS

BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2019

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2018
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangiveis	6.1 d)	9 545 357,22	9 889 364,53
Bens do Património Histórico e Cultural	7.2 b)	6 445,22	6 445,22
Acivos intangíveis	7.1 d)	46 490,32	67 302,91
Outros créditos e ativos não correntes	7.3 b)	12 546,87	9 379,89
Total do ativo não corrente		9 610 839,63	9 972 492,55
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	9.2	294 469,81	303 421,66
Créditos a receber	11.2 a)	237 926,78	58 404,12
Estado e outros entes públicos	11.2 b)	19 402,16	7 926,10
Outros ativos correntes	11.2 a)	351 654,29	173 186,14
Diferimentos	11.2 c)	227 019,36	184 601,15
Outros ativos financeiros	11.2 d)	989 221,67	986 760,79
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2 a)	519 525,15	560 111,87
Caixa e depósitos bancários	4.2	10 689 702,52	9 718 750,34
Total do ativo corrente		13 328 921,74	11 993 162,17
Total do ativo		22 939 761,37	21 965 654,72
ONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Reservas legais	11.2 f)	530 832,60	530 832,60
Outras reservas	11.2 f)	3 122 973,80	2 648 506,72
Resultados transitados	11.2 f)	17 566 977,23	17 271 961,25
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	11.2 f)	- 740 006,66	- 739 392,35
		20 480 776,97	19 711 908,22
Resultado líquido do período	13.6	916 620,13	769 483,06
Total dos fundos patrimoniais		21 397 397,10	20 481 391,28
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	11.2 a)	504 207,88	409 908,88
Estado e outros entes publicos	11.2 b)	122 106,95	126 038,06
Financiamentos obtidos		115,60	42,15
Outros passivos correntes	11.2 a)	789 722,76	791 232,69
Diferimentos	11.2 c)	126 211,08	157 041,66
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/doadores/associados/membros			-
Total do passivo corrente		1 542 364,27	1 484 263,44
Total do passivo		1 542 364,27	1 484 263,44
Total dos fundos patrimoniais e passivo		22 939 761,37	21 965 654,72

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ORDEM DOS ENGENHEIROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas		31 Dezembro 2019		31 Dezembro 2018
Vendas e serviços prestados	10.2		7 073 935,17		6 978 544,91
Subsídios à exploração	10.5		7 011,85		7 169,47
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9.3	-	6 052,46	-	9 185,01
Fornecimentos e serviços externos	13.1	-	2 943 566,37	-	2 771 443,10
Gastos com o pessoal	13.2	-	2 586 735,77	-	2 489 133,81
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12.1	-	107 747,73	-	285 172,92
Aumentos / reduções de justo valor	10.6		2 585,17	-	7 992,07
Outros rendimentos	10.3		135 918,54		71 134,03
Outros gastos	13.3	-	226 722,56	-	292 418,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			1 348 625,84		1 201 503,13
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6.1 e 7.1	-	441 636,73	-	444 467,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			906 989,11		757 035,68
Juros e rendimentos similares obtidos	10.4		9 918,75		16 359,00
Juros e gastos similares suportados	13.4	-	287,73	-	483,93
Resultado antes de impostos			916 620,13		772 910,75
Imposto sobre o rendimento do período			-	-	3 427,69
Resultado líquido do período			916 620,13		769 483,06

ORDEM ENGENHEIROS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		8 860 620,29	9 385 867,48
Pagamentos a fornecedores		- 2 658 632,09	- 2 505 098,37
Pagamentos ao pessoal		- 1 892 311,36	- 1 903 200,85
Caixa gerada pelas operações		4 309 676,84	4 977 568,26
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		- 7 017,50	10 232,38
Outros recebimentos / pagamentos		- 3 233 116,86	- 3 181 249,16
Fluxos das atividades operacionais [1]		1 069 542,48	1 806 551,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 102 860,97	- 212 862,14
Ativos intangíveis		- 4 810,34	- 10 209,63
Investimentos financeiros		- 3 434,01	- 3 621,65
Outros ativos		-	-
			-
Recebimentos provenientes de:			-
Ativos fixos tangíveis		5 000,00	-
Juros e rendimentos similares		9 976,17	18 557,96
Dividendos		-	
Fluxos das atividades de investimento [2]		- 96 129,15	- 208 135,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-0,27 €	- 159,11
Dividendos			-
Reduções de fundos			
Fluxos das atividades de financiamento [3]		- 0,27	- 159,11
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		973 413,06	1 598 256,91
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		10 705 511,13	9 107 254,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2	11 678 924,19	10 705 511,13

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

ORDEM DOS ENGENHEIROS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos nos fundos patrimoniais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado liquido do periodo	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2018		3 179 339,32	15 892 292,49	-	74 057,49	577 868,84	19 723 558,14
							-
Alterações no período:							-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.2 f)		1 379 668,76		- 813 449,84	- 577 868,84	- 11 649,92
		-	1 379 668,76	-	- 813 449,84	- 577 868,84	- 11 649,92
Resultado líquido do período						769 483,06	769 483,06
Resultado integral						757 833,14	757 833,14
Operações com instituidores no período							
Outras operações							-
		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2018		3 179 339,32	17 271 961,25	-	- 739 392,35	769 483,06	20 481 391,28

ORDEM DOS ENGENHEIROS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos nos fundos patrimoniais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado liquido do periodo	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2018		3 179 339,32	17 271 961,25	-	- 739 392,35	769 483,06	20 481 391,28
							-
Alterações no período:							-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							-
Alterações de políticas contabilísticas							-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							-
Realização do excedente de revalorização							-
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.2 f)	474 467,08	295 015,98		- 614,31	- 769 483,06	- 614,31
xxx							-
		474 467,08	295 015,98	-	- 614,31	- 769 483,06	- 614,31
Resultado líquido do período						916 620,13	916 620,13
Resultado integral						916 005,82	916 005,82
Operações com instituidores no período							
Outras operações							-
		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2019		3 653 806,40	17 566 977,23	-	- 740 006,66	916 620,13	21 397 397,10

ORDEM DOS ENGENHEIROS

CONTRIBUINTE N.º 500 839 166

AVENIDA ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, N.º 3

LISBOA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Designação da entidade: ORDEM DOS ENGENHEIROS

1.2 - Sede: Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 3 D - Lisboa

1.3 - Natureza da atividade:

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é uma associação pública representativa dos profissionais que, em conformidade com os preceitos do Estatuto, exercem a profissão de Engenheiro (n.º 1, do art.º 1.º do Estatuto da ORDEM DOS ENGENHEIROS).

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica, disciplinar e regulamentar. (n.º 2, do art.º 1.º do Estatuto da ORDEM DOS ENGENHEIROS).

A ORDEM DOS ENGENHEIROS tem como objeto fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando o esforço dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional (n.º 1, art.º 4.º do citado estatuto).

A Ordem tem a sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 3 D, em Lisboa, onde estão localizados os Serviços Centrais, tendo ainda Sedes Regionais em Lisboa, Coimbra, Porto, Madeira e Açores.

As presentes demonstrações financeiras respeitam à conta global da Ordem dos Engenheiros e foram elaboradas a partir das contas individuais do Conselho Diretivo Nacional e de cada uma das Regiões Sul (Lisboa), Centro (Coimbra), Norte (Porto), Madeira e Açores.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico adotado

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nas contas individuais do Conselho Diretivo Nacional e das respetivas Regiões da Ordem dos Engenheiros, com as necessárias adaptações, nomeadamente, foram compatibilizados alguns saldos constantes das contas individuais de modo a tornar consistentes estas demonstrações e foram expurgados os saldos das contas que registavam as relações entre o Conselho Diretivo Nacional e as referidas Regiões.

Não procedemos a qualquer alteração dos normativos que nortearam a elaboração das demonstrações financeiras individuais, todavia referimos que estas últimas foram objeto de certificação por auditores independentes pelo que poderemos referir que os normativos aplicados nas contas individuais, se aplicam

"mutatis mutandis" às presentes demonstrações financeiras, pelo que estas devem ser lidas à luz do referencial contabilístico seguido nas contas individuais do Conselho Diretivo Nacional e em cada uma das Regiões.

Pelo que genericamente podemos referir, que as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que instituiu o Regime de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, no Aviso n.º 6726-B/2011, de 10 de março de 2011, bem como a portaria n.º 220/2015.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na elaboração das presentes demonstrações não foram derrogadas quaisquer disposições.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2018, exceto relativamente ao reconhecimento de um acréscimo de proveito em 2019, por conta das quotizações a receber líquidas das perdas por imparidades reconhecidas pelas regiões Sul, Norte e Centro e também relativamente ao imposto corrente, cuja estimativa em 2019 não foi calculada por uma questão de uniformização com o procedimento das regiões e pelo fato de não ter enquadramento a nível de acréscimo fiscal (Quadro 07 Modelo 22).

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Conselho Diretivo Nacional e das Regiões da Ordem dos Engenheiros, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

3.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e taxas de depreciação usadas foram as constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009. A vida útil estimada corresponde às seguintes taxas de depreciação:

Bem	%
Edifícios e outras construções	**2 - 5%**
Obras e Beneficiações	**10 - 12,5%**
Equipamento Básico	**10-12,5 - 25**
Equipamento Transporte	**1225%**
Equipamento Administrativo	**12,5 - 33%**

Os bens de reduzido valor são depreciados no próprio exercício.

As despesas de conservação e reparação, que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada. As vidas úteis e método de amortização dos ativos intangíveis, são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4 - Imparidade de ativos

À data do balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de "reversões de perdas por imparidade", e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 - Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.6 - Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem dos Engenheiros e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.7 - Impostos sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Ordem dos Engenheiros de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual só pode ser calculado com fiabilidade após comunicação dos rendimentos tributáveis pelas Regiões para determinação do rendimento global.

3.8 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Ordem dos Engenheiros tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

c) Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

d) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “outras contas a receber e a pagar” e “diferimentos”.

e) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de “financiamentos obtidos”.

3.9 - Benefícios dos empregados

A Ordem dos Engenheiros atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Retribuições eventuais por trabalho extraordinário e seguros de saúde.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o atrás referido.

3.10 - Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo Nacional baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.11 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Engenheiros.

3.12 - Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem quaisquer restrições ao uso dos valores em caixa e depósitos à ordem.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

	2019	2018
Caixa	8 223,68	11 662,08
Depósitos à ordem	3 714 685,18	2 717 463,42
Outros depósitos Bancários	6 946 126,34	6 969 081,81
Outros Instrumentos financeiros	20 667,32	20 543,03
	10 689 702,52	9 718 750,34

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Ordem dos Engenheiros.

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - Remunerações do pessoal

A gestão da Ordem dos Engenheiros/CDN é exercida pelo Bastonário, pelos dois Vice-Presidentes nacionais e pelos Presidentes e Secretários dos Conselhos Diretivos das Regiões, que constituem o órgão colegial de governação.

Com a alteração efetuada aos Estatutos da Ordem dos Engenheiros operada pela Lei n.º 123/2015 de 2 de setembro de 2015, que passou a permitir a remuneracão dos cargos dos órgãos executivos nos termos do n.º 3 do seu Art.º 62.º, a Assembleia de Representantes, na reunião de 12 de março de 2016, ou seja, após a entrada em vigor do novo Estatuto e antes do ato eleitoral que conduziu à eleição dos atuais órgãos sociais, deliberou atribuir e fixar o valor do salário do Bastonário, único órgão remunerado, desde que os cargos dos órgãos executivos, sejam exercidos com caráter de regularidade e permanência, nos termos do Estatuto e do Regulamento aprovado pela Assembleia de Representantes.

Nestas condições, o Bastonário é o único órgão remunerado, tendo durante o ano de 2019 sido registados encargos no montante global de 112.612,50 euros, que incluem a remuneração e demais custos associados.

Os restantes membros da direção não auferem quaisquer remunerações pelo desempenho dos respetivos cargos.

Os encargos com o Revisor Oficial de Contas, no ano de 2019, ascenderam 21.648,00 euros.

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.

c) As vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa da afetação do desempenho.

d) A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

2019

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	1 345 340,20	11 836 086,96	404 594,12	110 500,00	1 893 702,03	238 233,59	-	15 828 456,90
Aquisições			2 254,69	51 206,70	33 122,15	20 915,11		107 498,65
Alienações				- 44 500,00	- 982,19	- 4 390,00		- 49 872,19
Transferências e abates		- 33 382,25	- 2 986,15		- 612,92			- 36 981,32
Revalorizações								-
Outras variações								-
Saldo final	1 345 340,20	11 802 704,71	403 862,66	117 206,70	1 925 229,07	254 758,70	-	15 849 102,04
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	3 644 883,43	293 305,15	110 500,00	1 713 540,87	176 862,92	-	5 939 092,37
Amortizações do exercício		305 825,07	32 453,87	5 334,03	70 075,91	10 095,88		423 784,76
Perdas por imparidade do exercício								-
Reversões de perdas por imparidade								-
Alienações								-
Transferências e abates		- 8 130,96	- 455,00	- 44 500,00		- 6 046,35		- 59 132,31
Outras variações								-
Saldo final	-	3 942 577,54	325 304,02	71 334,03	1 783 616,78	186 958,80	-	6 303 744,82
Activos líquidos	1 345 340,20	7 860 127,17	78 558,64	45 872,67	141 612,29	67 799,90	-	9 545 357,22

2018

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	1 345 340,20	11 790 154,84	334 166,06	110 500,00	1 829 732,15	238 233,59	106 942,05	15 755 068,89
Aquisições	-	45 932,12	70 428,06		63 969,88			180 330,06
Alienações								-
Transferências e abates								-
Revalorizações								-
Outras variações							- 106 942,05	- 106 942,05
Saldo final	1 345 340,20	11 836 086,96	404 594,12	110 500,00	1 893 702,03	238 233,59	-	15 828 456,90
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	3 342 639,98	272 128,59	110 500,00	1 642 670,50	152 756,29	-	5 520 695,36
Amortizações do exercício	-	302 243,45	21 176,56		70 870,37	24 106,63		418 397,01
Saldo final	-	3 644 883,43	293 305,15	110 500,00	1 713 540,87	176 862,92	-	5 939 092,37
Activos líquidos	1 345 340,20	8 191 203,53	111 288,97	-	180 161,16	61 370,67	-	9 889 364,53
								9 889 364,53

7 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

7.1 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis

a) Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.

c) As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

d) A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

2019

	Programas Computador	Outros Ativos Intangiveis	Investimentos em curso	Total
Activos				
Saldo inicial	96 686,66	197 903,36	-	294 590,02
Aquisições	4 810,02			4 810,02
Alienações				-
Transferências e abates				-
Revalorizações				
Outras variações				
Saldo final	101 496,68	197 903,36	-	299 400,04
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	86 842,80	140 444,31	-	227 287,11
Amortizações do exercício	5 898,78	19 723,83		25 622,61
Perdas por imparidade do exercício				
Reversões de perdas por imparidade				
Alienações				
Transferências e abates				-
Outras variações				
Saldo final	92 741,58	160 168,14	-	252 909,72
Activos líquidos	8 755,10	37 735,22	-	46 490,32

+

2018

	Programas Computador	Outros Ativos Intangiveis	Investimentos em curso	Total
Activos				
Saldo inicial	86 476,66	197 903,36	-	284 380,02
Aquisições	10 210,00			10 210,00
Alienações				-
Transferências e abates				-
Saldo final	96 686,66	197 903,36	-	294 590,02
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	78 911,39	122 381,64	-	201 293,03
Amortizações do exercício	8 007,99	18 062,67		26 070,66
Alienações				
Transferências e abates	- 76,58		-	76,58
Saldo final	86 842,80	140 444,31	-	227 287,11
Activos líquidos	9 843,86	57 459,05	-	67 302,91

7.2 - Divulgações sobre propriedades de investimento

a) As propriedades de investimentos respeitam as obras de arte não depreciáveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

b) A quantia escriturada bruta e a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

	2019			
	Propriedades de investimento			
	Arrendadas	Para venda	Outras Prop Investimento	Adiantamentos
Saldo inicial - quantia bruta			6 445,22	
Adições				
Saldo final - quantia bruta	-	-	6 445,22	-
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Saldo final - quantia escriturada líquida	-	-	6 445,22	-

	2018			
	Propriedades de investimento			
	Arrendadas	Para venda	Outras Prop Investimento	Adiantamentos
Saldo inicial - quantia bruta			5 945,22	
Adições			500,00	
Saldo final - quantia bruta	-	-	6 445,22	-
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo final - quantia escriturada líquida	-	-	6 445,22	-

7.3 - Divulgações sobre investimentos financeiros

a) Os investimentos financeiros respeitam a títulos de dívida pública e fundos não depreciáveis e encontram-se registados ao custo de aquisição.

b) A quantia escriturada bruta e a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

	2019	2018
Investimentos financeiros		
Titulos Divida Pública e Fundos	1 918,36	1 918,36
Outros Instrumentos Financeiros	10 628,51	7 461,53
	12 546,87	9 379,89

8 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

9 - INVENTÁRIOS

9.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Ver Nota 3.

9.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os inventários da Ordem dos Engenheiros detalham-se conforme segue:

	2019			2018		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo						
Mercadorias	294 469,81		294 469,81	303 421,66		303 421,66
Produtos acabados e intermédios						
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso						
Adiantamentos por conta de compras						
	294 469,81	-	294 469,81	303 421,66	-	303 421,66

9.3 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, detalha-se conforme segue:

	2018			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	311 759,52			311 759,52
Compras	12 183,42			12 183,42
Regularizações	- 11 336,27			- 11 336,27
Saldo final	303 421,66			303 421,66
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	9 185,01	-	-	9 185,01

	2019			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	303 421,66			303 421,66
Compras	6 139,91			6 139,91
Regularizações	- 9 039,30			- 9 039,30
Saldo final	294 469,81			294 469,81
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	6 052,46	-	-	6 052,46

10 - RÉDITO

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Ver Nota 3.

10.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de dezembro de 2019 e 2018 relativo a vendas e prestações de serviços e outros, apresenta a seguinte decomposição:

RÉDITO

	2019	2018
Venda de bens	6 899,62	11 678,27
Quotas e Taxas de Candidatura	6 293 570,26	6 483 850,42
Outros serviços	773 465,29	483 016,22
	7 073 935,17	6 978 544,91

10.3 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de outros rendimentos e ganhos.

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresenta a seguinte decomposição:

OUTROS RENDIMENTOS

	2019	2018
Outros rendimentos e ganhos	135 918,54	71 134,03
Juros		
	135 918,54	71 134,03

10.4 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a juros de aplicações financeiras

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

	2019	2018
Juros	9 918,75	16 359,00
	9 918,75	16 359,00

10.5 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a subsídios a exploração

Subsídio	2019	2018
Subsídios à exploração:		
R Centro - Projeto ENGINE 4F/Erasmus 2017/2020	7 011,85	7 169,47
	7 011,85	7 169,47

10.6 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a aumentos do justo valor

AUMENTOS/REDUÇÕES JUSTO VALOR

	2019	2018
Em instrumentos Financeiros		
Ganhos por aumentos de Justo Valor	2 585,17	
Redução Justo valor		- 7 992,07
	-	- 7 992,07

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

11.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Ver Nota 3.

11.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros

a) Clientes/Fornecedores/Sócios/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Sócios/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Correntes:		
Clientes	237 926,78	58 404,12
Fornecedores		
Outros ativos correntes	351 654,29	173 186,14
Regiões	519 525,15	560 111,87
	1 109 106,22	791 702,13

CONTAS A PAGAR

	2019	2018
Correntes		
Fornecedores	504 207,88	409 908,88
Regiões	-	-
Outros passivos correntes	789 722,76	791 232,69
	1 293 930,64	1 201 141,57

b) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

	2019		2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	4 270,78		3 718,08	3 247,69
Retenção na Fonte	14 245,00	45 769,84	2 938,36	38 883,63
Imposto sobre o valor acrescentado	397,24	28 508,52	961,00	37 167,40
Contribuições para a Segurança Social	275,89	46 995,16	275,89	46 627,11
Outras tributações	213,25	833,43	32,77	112,23
Total	19 402,16	122 106,95	7 926,10	126 038,06

c) Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS

	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	63 728,59	34 960,98
Imobilizado imputado pela Região Sul	119 033,53	101 684,97
Conservação Plurianual (Obras)		14 653,88
Rendas a pagar	1 021,41	
Outros Gastos	43 235,83	33 301,38
	227 019,36	184 601,21
Rendimentos a reconhecer		
Subsidios	14 204,15	14 204,00
Imobilizado imputado à Região Sul	110 559,93	137 609,51
Outros rendimentos	1 447,00	5 228,15
	126 211,08	157 041,66

d) Outros instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de outros instrumentos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	2019	2018
Ativos		
Instrumentos Financeiros detidos para negociação	989 221,67	986 760,79
	989 221,67	986 760,79

e) Caixa e depósitos bancários

Vide nota 4.2

f) Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

Fundos Patrimoniais	2019	2018
Reservas Legais	530 832,60	530 832,60
Outras reservas	3 122 973,80	2 648 506,72
Resultados Transitados	17 566 977,23	17 271 961,25
Ajustamentos em ativos financeiros		
Outras Variações de fundos Patrimoniais	- 740 006,66	- 739 392,35
Resultado Líquido do Período	916 620,13	769 483,06
	21 397 397,10	20 481 391,28

Quanto à variação ocorrida nos resultados transitados detalha-se como segue:

RESULTADOS TRANSITADOS	
Saldo Inicial	17 271 961,25
Distribuição de Resultados de 2018	
Regularizações	609 844,08
Aplicação em reservas	- 314 828,20
Saldo em 31-12-2019	17 566 977,23

12 - IMPARIDADE DE ATIVOS

12.1 - Imparidades para dívidas de clientes

No exercício de 2019 e 2018 as imparidades para clientes e membros tiveram o seguinte movimento:

IMPARIDADES

	2019	2018
Clientes	107 747,73	285 172,92
Membros	675 275,25	588 092,72
	783 022,98	873 265,64

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

13.1 - Serviços Externos

Os gastos com Serviços Externos no exercício de 2019 e 2018, estão detalhados no quadro seguinte:

	2019	2018
Serviços especializados	1 250 155,20	1 075 432,65
Materiais	95 030,46	90 014,48
Energia e fluidos	119 998,56	122 079,46
Deslocações estadas e transportes	632 005,50	543 224,28
Serviços diversos e outros gastos	763 921,65	817 814,52
Serviços Promoção institucional	82 455,00	122 877,71
	2 943 566,37	2 771 443,10

13.2 - Os gastos com o pessoal, no exercício de 2019 e 2018, estão detalhados no quadro seguinte

	2019	2018
Remunerações dos orgãos sociais	91 000,00	91 000,00
Remunerações do pessoal	1 996 928,11	1 900 930,24
Benefícios pós-emprego	14,78	7,37
Encargos sobre remunerações	428 551,19	420 035,44
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	17 147,07	17 073,86
Gastos de acção social	7 211,12	6 144,76
Outros	45 883,50	53 942,14
	2 586 735,77	2 489 133,81

13.3 - Os gastos acumulados na rubrica outros gastos e perdas, no exercício de 2019 e 2018, estão detalhados no quadro seguinte:

	2019	2018
Impostos	9 439,08	11 715,40
Perdas em Inventários		
Gastos e Perdas em investimentos não financeir	75,01	
Outros	217 208,08	280 702,97
	226 722,17	292 418,37

13.4 - Os gastos acumulados na rubrica juros e gastos similares, no exercício de 2019 e 2018, estão detalhados no quadro seguinte:

	2019	2018
Juros suportados	287,73	483,93
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
	287,73	483,93

13.5 - Número médio de pessoas ao serviço da entidade em 31 de dezembro de 2019

No exercício de 2019, o número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Engenheiros foi de 87 (oitenta e sete).

13.6 - Demonstração dos resultados consolidados

Para apurarmos os resultados consolidados procedeu-se a algumas correções a ajustamentos dos resultados das contas individuais, conforme se resume no quadro seguinte:

CONTAS INDIVIDUAIS	CDN	Região Sul	Região Centro	Região Norte	Região Madeira	Região Açores	Total
Resultados	393 624,70	199 365,84	156 489,85	141 803,75	16 841,63	8 494,36	916 620,13
Correções							

14 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo Nacional e autorizadas para emissão em 09 de março de 2020.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período, bem como dívidas à Segurança Social ou Autoridade Tributária

O Conselho Diretivo Nacional entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da ORDEM DOS ENGENHEIROS, bem como a sua posição e desempenho financeiros e respetivos fluxos de caixa. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

Lisboa, 09 de março de 2020

O Conselho Diretivo Nacional

Carlos Alberto Mineiro Aires	Fernando de Almeida Santos
Lídia Manuela Duarte Santiago	Joaquim Manuel Veloso Poças Martins
Maria Manuela Ramalho Mesquita	Armando Baptista da Silva Afonso
Isabel Cristina Gaspar Pestana da Lança	Jorge Domingues Grade Mendes
Cristina Ferreira Xavier de Brito Machado	Teresa Maria Soares Costa
José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco	

A Diretora Administrativa e Financeira

Helena Isabel Coelho Parreira